

### **SENADO FEDERAL**

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2018

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) (1º signatário), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Airton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG)

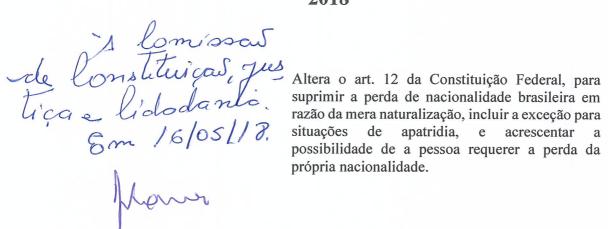
DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





#### SENADO FEDERAL Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 2018



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12	

§ 4º A perda da nacionalidade brasileira será declarada:

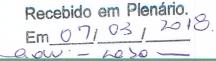
I – quando cancelada a naturalização, por sentença judicial, em razão de fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, ressalvadas situações que acarretem a apatridia;

II – a pedido expresso do interessado perante autoridade administrativa brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem a apatridia." (NR)

Art. 2º O art. 12 da Constituição Federal para a vigorar acrescido do seguinte §5°:

"Art.	<b>12</b> .	•••••	 	 	•••••	 	 

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do §4º deste artigo, não impede ao interessado se naturalizar brasileiro posteriormente." (NR)



Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete 23 - CEP 70165-900 - Brasília - DF





Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A recente decretação da perda da nacionalidade brasileira de Cláudia Sobral (Cláudia Hoerig) e sua consequente extradição para os Estados Unidos da América trouxeram à discussão o tema da dupla ou múltiplas cidadanias e sobre o processo de perda da nacionalidade brasileira, matérias reguladas pelo art. 12 da Constituição Federal.

Desde a promulgação da Carta Maior, em 1988, não era notória a abertura de ofício de processo de perda de nacionalidade decorrente de naturalização até o recente precedente de Cláudia Sobral. Ao contrário, orientações públicas tranquilizavam sobre a não perda da nacionalidade nesses casos.

O então Secretário Nacional de Justiça, Rogério Galloro, afirmou, ao comentar o processo que levou à perda da nacionalidade brasileira de Cláudia Sobral, que "O processo não é automático, mas pode ser instaurado pelo Ministério da Justiça no momento em que o órgão é avisado pelas autoridades consulares".

A atual Constituição prevê perda da nacionalidade nesses termos:

Art. 12. (...)

- § 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
- I tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;
- II adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:
- a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;
- b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Assim, importa repensar o texto constitucional em matéria de perda da nacionalidade uma vez mais. A atual redação do inciso II do art. 4º do art. 12 já é uma evolução do texto original, que mencionava a perda por



<sup>1 (</sup>http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-regras-para-201cex-brasileiros201d/view),



"adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária". Essa mudança se deu com a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994.

Primeiro, sobre cancelamento de naturalização, deve-se retirar o obscuro preceito de "atividade nociva ao interesse nacional" como causa desse cancelamento, para a pragmática hipótese de *fraude*, que possibilitou a naturalização e, a fim de manter a ideia do constituinte originário, de *atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático*. Essa última linguagem corresponde ao inciso XLIV do art. 5° da CF, com a diferença deste mencionar crime e não atentado. Não mantivemos crime porque ainda não há essa tipificação.

Além disso, tanto no inciso I quanto no II, tem-se a preocupação de evitar a apatridia. Portanto, findam os incisos com a expressão ressalvadas situações que acarretem a apatridia. Essa é a grande razão do direito internacional hoje, evitar a apatridia, e não manter a unidade da nacionalidade.

A nova redação proposta do inciso II do art. 4º tem por objetivo dar segurança jurídica, admitindo a perda por renúncia expressa do interessado, perante autoridade brasileira. De um lado, não se pode impedir alguém de renunciar a nacionalidade, a menos que isso resulte em apatridia. De outro lado, parte-se do desejo pessoal de renunciar e não de um ato administrativo de declarar a perda da nacionalidade, evitando-se arbitrariedades.

Por fim, acrescenta-se a possibilidade de alguém que renunciou a nacionalidade brasileira poder se naturalizar brasileiro. Se brasileiro nato antes, ele passará a naturalizado agora. Afinal, ele desejou renunciar a nacionalidade brasileira.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA





#### SENADO FEDERAL Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

NOME	ASSINATURA
1. Ana Amelea (PP/RS)	Car oh
2.  LASIEIZ  3. ARMANDO MONTERO  AUCHUMO LOCEDIA:  4. Toca Madricos s	1 popus
Aullup Gocard	
JOSE PLEGGIOS	
5. Ivo Cassol	Sport on
6. Simone Tebet	1 Detail on
7. Roberto Rocha	1/1/104
8. Vanessa grazziotin	J.mans OK
9. Holio Dose	Z ox
10. L'DICE DA MATA E SOUZA	Surger 64
TERNAND BEZERMA GOLDS	OK OK
12. Raimundoferà	AMOX
13.	
14. Autou Sandoval	Judi Sancle 2
Maria do Carmo Alves	MUTOK
16. Waldering Maka	D) ok





#### SENADO FEDERAL

#### Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

a possionidade de a pessoa requerer a perda d	
NOME	A\$8INATURA
17. Der 210 Besch	73
18. ganibaldiAlves Filho -	Lee & st
19. John Vrang	fre ok
20.   Roze de Freitas	A milas ok
21. LANDOLFE CODIGUES	OK OK
22. Valdir Raupp 23. P	
Recept & Col	- July
24. Zeze Perrella	June Day
25. Joso Capiberibe	Pian OK
26. Fatima Bezerra	CHAP of
27. Oto Alencar	they ok
28. Edwardo Amorim	Lyeus on
29. Chistoran.	Win In A. &
30. Wilder Morsis	OK
31. Marta	aysteyluy
32. TASSO FEREISSATI	Canopinat .



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 1988/88 http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
  - artigo 12
  - parágrafo 4º do artigo 12
  - parágrafo 3º do artigo 60